



PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL
Ata da 152ª reunião, realizada em 14 de dezembro de 2011

1 Em 14 de dezembro de 2011, reuniu-se o Plenário do Conselho Estadual de Política
2 Ambiental (COPAM), em Belo Horizonte. Participaram os seguintes conselheiros titulares
3 e suplentes: o presidente Adriano Magalhães Chaves, Paulo Afonso Romano, Fernando
4 Antônio Freire Vieira, Guiomar Maria Jardim Leão Lara, Paulo Sérgio Martins Alves,
5 Maria de Fátima Fassy / Marcela Lencine Ferraz, Murilo Fonte Boa Guimarães Moreira,
6 Tales Heliodoro Viana, Dorothea Furquim Fonseca Werneck, Leonardo Maurício
7 Colombini Lima / Wagner Pinto Domingos, Marcos Sampaio Dias Ramos, Marcio
8 Martins Sant'Ana, Luciano Luz Badini Martins, Alison José Coutinho e Licínio Eustáquio
9 Mol Xavier – representantes do poder público; Roberto Luciano Fortes Fagundes / Fídias
10 de Miranda, Carlos Alberto Santos Oliveira, Alberto José Salum, Wagner Soares Costa,
11 Eduardo Antônio Arantes do Nascimento, Rinaldo César Mancin / João Carlos de Melo,
12 José Carlos Manetta, Célia Regina Alves Rennó, Maria Dalce Ricas, José Ângelo
13 Paganini / Antonio Eustáquio Vieira, Camila Costa de Amorim, Fernando Antônio
14 Rodrigues de Oliveira, Newton Reis de Oliveira Luz e Décio Antônio Chaves Beato –
15 representantes da sociedade civil. Assuntos em pauta. **1) EXECUÇÃO DO HINO**
16 **NACIONAL.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** O presidente
17 Adriano Magalhães Chaves declarou aberta a 152ª reunião do Plenário do Conselho
18 Estadual de Política Ambiental e destacou a importância da atuação dos conselheiros no
19 colegiado. “Eu diria que esta reunião é importantíssima porque nós resgatamos e
20 retornamos com o Plenário do COPAM. Entendemos que aqui é o foro público,
21 democrático, aberto e participativo onde temos que realmente discutir as questões
22 relevantes para o meio ambiente e a política para o meio ambiente, e envolver também a
23 discussão econômica e social nesta pauta. Sem o tripé da sustentabilidade, nós não
24 conseguimos avançar no Estado.” **3) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS.**
25 **Aniversário de 45 anos da Abes.** A conselheira Célia Regina Alves Rennó manifestou a
26 satisfação em retornar ao COPAM, registrou o aniversário de 45 anos da Associação
27 Brasileira de Engenharia Sanitária (Abes) e entregou ao presidente Adriano Magalhães
28 Chaves um livro que está sendo lançado contando a história da entidade. O presidente
29 Adriano Magalhães Chaves cumprimentou a Abes pelo aniversário e pelo lançamento do
30 livro. **Vetor Sul de Belo Horizonte.** Conselheira Maria das Ricas: “Eu queria registrar
31 uma reclamação e uma solicitação. Primeiro, um protesto, a reclamação. Entendemos que
32 o Governo do Estado de Minas Gerais, através da SEMAD, não pode continuar ignorando
33 o que está acontecendo no vetor Sul de Belo Horizonte, tendo como exemplo catastrófico
34 o Alphaville, que – temos certeza – não cumpriu condicionantes e quer agora uma licença,
35 inclusive, para aumentar o adensamento, o que não foi previsto no licenciamento,
36 escudando-se na permissividade da Prefeitura de Nova Lima. O transporte está um inferno

37 –todo mundo sabe disso –, ninguém mais anda naquela rodovia a qualquer hora, e até
38 agora o COPAM, que é o concessor da licença do Alphaville, está lavando as mãos e não
39 está se preocupado com o que está acontecendo na região. Os empreendimentos
40 imobiliários continuam sendo licenciados de forma pontual, sem considerar e pensar no
41 planejamento da região e no futuro dos ativos ambientais que lá restaram. O meu protesto
42 fica registrado. E a minha solicitação é que o Governo do Estado, através da SEMAD,
43 mude de posição e parta realmente para o planejamento da ocupação da região. Não dá
44 para lavar as mãos dizendo que é competência municipal, estamos tratando de um assunto
45 da região metropolitana que está afetando a todos nós e também ao meio ambiente
46 natural.” Presidente Adriano Magalhães Chaves: “Essa é uma preocupação da Secretaria e
47 prova disso foi a aprovação da DN 169, em que um dos itens a serem analisados nos
48 licenciamentos no entorno do Cercadinho é exatamente o impacto no trânsito que tem
49 sido observado nos processos de licenciamento. Outra ação que estamos fazendo é que
50 vamos transferir para este prédio toda a nossa equipe da Supram Central Metropolitana e
51 estamos trazendo também, para junto da Supram, uma equipe da Agência Metropolitana,
52 exatamente para tratar o licenciamento e a questão da urbanização e anuência junto com o
53 processo de licenciamento. Então, há, sim, uma preocupação com a questão
54 metropolitana. Nos reunimos, na semana passada, com a doutora Marta e vamos propor,
55 inclusive, algumas alterações para que alguns itens de ações metropolitanas de trânsito,
56 ocupação urbana e desenvolvimento urbano sejam incluídos nos processos de
57 licenciamento. Há dois ou três anos, com o impacto de grandes empreendimentos em
58 alguns municípios, tínhamos um grupo no Estado que acompanhava não só o
59 licenciamento, mas os impactos com relação aos grandes empreendimentos. Na ausência
60 desse grupo, estamos sentindo realmente que existe um vácuo que precisa ser suprido pelo
61 Estado. Na questão urbana, por exemplo, estamos estudando uma condicionante para que
62 seja incluída nos processos. Estamos com um Termo de Referência para a questão da
63 expansão urbana, para ser incluído e tratado, nessa linha, nos licenciamentos.”
64 **Aniversário de 20 anos da Fundação Relictos**. O conselheiro José Ângelo Paganini
65 comunicou que a Fundação Relictos irá comemorar 20 anos em 16 de dezembro próximo,
66 e destacou que se trata de entidade ambientalista que atua em Ipatinga, na região do Vale
67 do Aço e no Estado de Minas Gerais. O presidente Adriano Magalhães Chaves
68 parabenizou a entidade pela data e agradeceu pela contribuição dada ao COPAM.
69 **Conselho de Micro e Pequenas Empresas e Fiemg**. O conselheiro Wagner Soares Costa
70 justificou ausência do presidente do Conselho de Micro e Pequenas Empresas nesta
71 sessão, e comunicou sobre o programa Minas Sustentável, da Fiemg: “A Fiemg está
72 interiorizando o programa Minas Sustentável, com previsão de lançamento, de forma
73 piloto, na regional do Vale do Aço, em Ipatinga, no dia 5 de março de 2012. O programa
74 busca legalizar e introduzir a gestão ambiental nas micro e pequenas empresas de Minas
75 Gerais.” O presidente Adriano Magalhães Chaves elogiou o trabalho realizado pela
76 Fiemg. **Entidades da sociedade civil**. Conselheiro Antonio Eustáquio Vieira: “Eu presido
77 o Movimento Verde de Paracatu, que representa as demais entidades ambientalistas no
78 Conselho Nacional de Meio Ambiente. A minha fala é mais no sentido de mostrar a

79 indignação das entidades da sociedade civil brasileira quando da fala do atual ministro do
80 Esporte do Brasil, o senhor Aldo Rebelo. Depois de tudo que ele fez em cima do Código
81 Florestal tentando desfigurar esse código, ao assumir o ministério, a primeira fala dele
82 praticamente foi no sentido de dizer que o Governo Federal não faria mais convênios com
83 ONGs. Esquecendo-se que Fiemg, Faemg, Fetaemg, CNBB, CNA, CNI, CNT e outras
84 entidades pelo Brasil afora são ONGs, e que essas entidades têm prestado um
85 relevantíssimo serviço para o Brasil. Não é a instância, mas eu acho que um conselho
86 igual a este, nos moldes deste, com o respeito que tem em Minas Gerais e que tem servido
87 para balizar outros conselhos pelo Brasil afora, poderia, inclusive, fazer uma moção e
88 enviar para esse senhor. É um desrespeito com a sociedade brasileira – é um país que tem
89 mais de 300 mil entidades –, que tem contribuído e muito com o país. A minha fala é mais
90 neste sentido, porque muitas pessoas têm se sentido indignadas, mas poucas têm coragem
91 para falar e levar esse tipo de dor da sociedade para um ministro.” **4) EXAME DA ATA**
92 **DA 151ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COPAM.** Aprovada por unanimidade a ata da
93 151ª reunião do Plenário do Conselho Estadual de Política Ambiental, realizada em 1º de
94 julho de 2010. **5) NOVA ESTRUTURA DO SISTEMA ESTADUAL DE MEIO**
95 **AMBIENTE (SISEMA). Apresentação: SEMAD. O presidente Adriano Magalhães**
96 Chaves fez apresentação da nova estrutura do Sistema Estadual de Meio Ambiente
97 destacando os desafios da gestão ambiental e as oportunidades para o próximo ano, o que
98 foi realizado em 2011 e o que está sendo planejado para o exercício de 2012. Segue
99 síntese das manifestações e discussões registradas após a apresentação do secretário e as
100 respectivas contribuições. **O conselheiro Paulo Afonso Romano** elogiou a iniciativa da
101 SEMAD e manifestou o apoio da Secretaria de Estado de Agricultura. “Temos reforço na
102 área da regularização e presume-se que são passivos que têm que ser adequados. E na
103 fiscalização, que é o instrumento básico de comando e controle, para fazer as correções
104 dos desvios, eu sinto um pouco a necessidade de ênfase na própria estrutura. No caso dos
105 setores produtivos, sobretudo aqueles que impactam o meio ambiente, na linha do
106 desenvolvimento sustentável. A SEMAD historicamente, nasceu naquele fluxo da Rio-92,
107 quando passamos a falar não só em meio ambiente, mas em meio ambiente e
108 desenvolvimento sustentável. Na prática, a SEMAD se organizou para ser muito mais de
109 comando e controle sobre o meio ambiente. Por exemplo, no caso da Agricultura, nós
110 podemos trabalhar como grandes atores e levar o agricultor para ser o gestor do espaço
111 que ele ocupa. Para todos os efeitos, inclusive o ambiental, precisamos ver esse lado
112 positivo. Acho que isso deve ser entendido como uma sugestão a agregar para facilitar o
113 que é essência. Ou seja, os problemas ambientais – os impactos negativos –, de um modo
114 geral, ocorrem por deficiência no processo de produção. Então, cuidando de ter equilíbrio
115 e boas práticas nos processos de produção, teremos uma agenda de desenvolvimento
116 sustentável e não apenas a agenda de resolver passivos. Temos um esforço muito grande e
117 a recomendação do governador é para que trabalhemos em rede, mas só podemos
118 trabalhar em rede se formos vistos nessa perspectiva de protagonistas e não apenas
119 colaboracionistas.” **A conselheira Dorothea Furquim Fonseca Werneck** comentou
120 sobre a sua satisfação em participar da reunião do Plenário pela primeira vez e declarou

121 que a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico também é parceira do Sisema.
122 “Nós temos às vezes, aparentemente, interesses conflitantes, mas que se unem lá na ponta
123 na medida em que tanto a área de meio ambiente como a área de desenvolvimento
124 econômico têm o máximo objetivo, que é melhorar a qualidade de vida e fazer de Minas o
125 melhor local para se viver. Isso é feito com preservação ambiental, geração de emprego e
126 crescimento do Estado, e não há a menor dúvida de que estamos trabalhando juntos. Às
127 vezes, é aparentemente difícil definirmos posturas e posições no agregado. É tão óbvio
128 que é importante preservar o meio ambiente, que temos que pensar na geração futura, na
129 importância da água, da floresta e do ecossistema que muitas vezes não deixamos isso
130 claro. Pode até haver um conflito no detalhe, na pequena questão, numa decisão, mas a
131 nossa postura é permanentemente de encontrar o ponto em comum. Em um evento na
132 Assembleia, de aniversário do Sindiextra, eu disse que, na nossa bandeira, o verde e o
133 amarelo são a floresta e o ouro, o meio ambiente e o minério. Se temos isso na nossa
134 bandeira convivendo desde a sua existência de uma forma equilibrada e representativa do
135 nosso país, eu não imagino como tirar o amarelo ou tirar o verde da nossa bandeira.
136 Dentro desse mesmo conceito é que estamos trabalhando juntos e sempre encontramos,
137 através da negociação, esse ponto de apoio e de trabalho conjunto. E eu não poderia
138 perder a oportunidade de deixar aqui uma posição clara, firme, segura e direta que, sim,
139 nós estamos falando de desenvolvimento sustentável, essa é a orientação e a nossa
140 prática.” **Conselheira Maria Dalce Ricas**: “Não tenho como deixar de dizer
141 publicamente que realmente é um grande desafio que a SEMAD está enfrentando.
142 Primeiro, porque o Estado – não estou falando só o Estado de Minas Gerais, mas todo o
143 Brasil e até outros países – não tem o costume de trabalhar com planejamento. Talvez
144 ainda no Brasil seja encarado como cabide de emprego de políticos e não se tenha metas
145 definidas, mas o fato é que é um grande desafio implantar esse planejamento na SEMAD.
146 Ainda mais porque a nossa política ambiental foi dominada pela questão do licenciamento
147 e não estamos conseguindo sair dessa perspectiva só de comando e controle e partir para
148 uma política mais integrada. Além de enfrentar as questões internas, de mudar uma
149 cultura presente em todo o Estado, tem também outro grande desafio, que são as
150 interferências. O planejamento ambiental já é difícil, porque lida com variáveis demais. A
151 todo momento, lida com imprevistos, tem que fazer correção de processo, e não é
152 realmente fácil. E lida com interferências políticas muitos grandes também, derivadas de
153 atores que realmente, apesar de muitas vezes criticarem a política de comando e controle,
154 preferem a bagunça, porque da bagunça se beneficiam. Apesar de o discurso ser um,
155 muitas vezes, somos travados no desenvolvimento por esses atores. Eu até quero louvar a
156 fala da secretária Dorothea Werneck no sentido de que é uma parceira, porque a Sede é
157 um bom exemplo. Sistemáticamente, seus representantes vêm aqui e votam contra a
158 incidência da compensação ambiental, apesar de estar prevista em lei, alicerçada no
159 decreto assinado pelo governador e exaustivamente discutida com a sociedade e
160 aconselhada pela Advocacia Geral do Estado. Mas, sistemáticamente, a Sede vota,
161 preferencialmente com a Fiemg, que também, a todo momento, barra o assunto. Então,
162 essa desintegração dentro do próprio Estado realmente vai ser um dos grandes

163 empecilhos, mas espero que não impeça realmente a consecução dessas metas com base
164 em planejamento.” **Conselheiro Eduardo Antônio Arantes do Nascimento:** “Esse
165 conceito e essa prática de parceria se revitalizaram no Brasil a partir da capacidade da
166 sociedade em participar mais efetivamente das questões do Estado Brasileiro. Então, é um
167 instrumento importante porque, inclusive, significa na prática que o Estado, o governo,
168 pode muito, mas não pode tudo. Mas sem lembrar que país que não tem oposição não
169 acaba bem. A oposição, a divergência, é parte constitutiva da democracia, e eu acho que
170 este conceito também não prejudica em nada a parceria. Mas eu entendo que
171 representação de sociedade civil tem que entender que não é governo. E isso, cada vez
172 mais neste país, eu acho que é mais necessário. Uma segunda questão é que eu acho muito
173 importante as pessoas terem sido colocadas como um dos pilares da política. É
174 absolutamente correto, tanto em nível de servidores do Sisema como as demais pessoas e
175 todos nós. Ao dizer isso, acho importantíssimo estar pautada a discussão da matriz
176 energética, porque essa questão tem de ser discutida, a meu juízo, muito além do
177 componente econômico. Entendo que tem que ser discutida também firmemente nos
178 componentes socioambiental, da territorialidade, das populações atingidas, das vocações
179 reais de territórios deste Estado. Muitas vezes, essas vocações reais, inclusive, estão
180 localizadas na agricultura familiar ou no agronegócio, exercido, principalmente, por
181 médios fazendeiros. Isso é colocado na invisibilidade, em torno apenas desse caminho de
182 pouco fôlego, a meu juízo, que esse país percorre, assentado, principalmente, em
183 commodities, com baixo valor agregado, com visão apenas exportadora. Cabe também
184 lembrar que, na questão energética, nós também nos sentimos penalizados, porque o
185 empreendedor que consegue autorização da Aneel, na prática, entende que está autorizado
186 a implantar o empreendimento. Na verdade, pelo pouco de experiência que tenho nessa
187 área, vejo que muitos dos conflitos nascem dessa questão. E precisamos também ter
188 clareza para ter a capacidade de separar o que é interesse de Estado, o que é interesse de
189 governo e o que é interesse privado. O Estado e o governo têm que representar interesses
190 da sociedade.” **Conselheiro Alberto José Salum:** “Eu gostaria de parabenizar a retomada
191 do Conselho, acho isso muito importante. Mas, pelo que assisti nessa apresentação,
192 percebe-se claramente o domínio que o secretário hoje tem sobre o sistema todo. Eu acho
193 que, quando da mudança de governo, esse domínio era importante para que essas ações
194 fossem retomadas. E eu quero trazer todo o apoio da Federação das Indústrias a esse
195 movimento. Não quero, neste momento, entrar em detalhes da articulação e, sim, mostrar
196 o apoio total da Fiemg ao entendimento geral do que está acontecendo. E mostrar também
197 o apoio total à política de desenvolvimento sustentável do Estado.” **Presidente Adriano**
198 **Magalhães Chaves:** “Vale a pena lembrarmos que somos uma Secretaria de Estado de
199 Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Então, por determinação, inclusive do
200 governador Anastasia, é importante mantermos esse alinhamento de governo de Estado. E
201 isso é primordial para que consigamos definir as políticas públicas e implantá-las nessa
202 visão estratégica de governo. O que estamos fazendo de sentar com os diversos setores do
203 Estado, assim como sentamos com os ambientalistas, Fiemg, Faemg, Fetaemg, Sindifer,
204 AMS, Incra, irrigantes do Noroeste, sociedade ruralista do Norte, setor de café, setor de

205 leite, setor de quartzito e de rochas ornamentais. Ou seja, estamos olhando para todas as
206 regiões do Estado e tentando entender a dinâmica, as carências, necessidades e
207 oportunidades de todos os setores para que possamos definir quais seriam as nossas ações,
208 alinhadas com a política estratégica e o planejamento da Secretaria. Ainda temos muitas
209 respostas a serem dadas aos setores, mas não tenham dúvida de que a sociedade não
210 aguenta mais só a pauta de monitoramento e controle. Por outro lado, precisamos, sim, ter
211 regras claras e regular certos setores, para que tenham noção de quais são essas regras,
212 com acatá-las, como segui-las. São regras que estão sendo amplamente discutidas, assim
213 como foi na questão dos incêndios, assim como está sendo na questão da fiscalização e na
214 questão do plano estratégico de carvão. Ou seja, todas as nossas iniciativas de reposição
215 florestal, de fomento florestal, estão sendo amplamente discutidas com a sociedade. Essa é
216 a diretriz que temos dado para a nossa equipe, que tem seguido, inclusive, por
217 determinação do governador, para que seja uma gestão transparente. Estamos com todos
218 os dados e números abertos a contribuições. E existem alguns pontos em que muitas vezes
219 somos vítimas. No caso da Aneel, citada como exemplo, ela comete, eu diria, um crime
220 contra os Estados e os empreendedores. Eu sou um crítico do modelo em que você abre
221 um rio, identifica os potenciais hidrelétricos e disponibiliza ao setor econômico,
222 acreditando que todos são viáveis ambientalmente. E sabemos que, infelizmente, não
223 vamos conseguir colocar em pé as 800 usinas previstas no Estado. Sabemos dos impactos
224 cumulativos e que são sinérgicos, de diversos empreendimentos, mas estamos, inclusive,
225 discutindo e devemos aprovar nesta semana uma ferramenta de Avaliação Ambiental
226 Integrada, que olha a Avaliação Ambiental Estratégica, a base do ZEE, o Zoneamento
227 Ecológico-Econômico, a socioeconomia, todas as vulnerabilidades e todas as suas
228 dimensões de forma que o governo tenha uma pauta mais estratégica para esses setores.
229 Mas a Aneel também faz uma coisa interessante: ela não dá a outorga para quem não tiver
230 LP. Então, a nossa responsabilidade no Plenário do COPAM e nas Unidades Regionais
231 Colegiadas é discutir e ter responsabilidade na Licença Prévia – eu disse isso no meu
232 discurso de posse. Porque é a LP que pauta os processos seguintes. Então, estamos abertos
233 aos setores, não só eu como toda a nossa equipe, para todas as contribuições e críticas. E
234 não tenham dúvida que os senhores verão que aqui estamos trabalhando para fortalecer
235 não só a regularização nem só a fiscalização, mas também o IEF. Hoje, o IEF é uma
236 instituição robusta, com o corpo técnico na direção alinhada com as estratégias que
237 temos implementado, discutindo e colocando na mesa os problemas de Unidades de
238 Conservação, os problemas de fomento florestal, o Plano Estadual de Biodiversidade.
239 Assim como a FEAM, fortalecendo a discussão de mudanças climáticas, com o Plano
240 Estadual de Mudanças Climáticas. Assim como o nosso desafio seguinte é o
241 fortalecimento do IGAM. Ou seja, para nós, importa é que todas as instituições do Sisema
242 estejam fortalecidas, robustas e alinhadas, olhando todos os setores, inclusive, a
243 agricultura familiar, o Bolsa Verde, os programas de incentivo e de fomento.” **6)**
244 **COMISSÕES PARITÁRIAS (COPAS REGIONAIS). ÁREA DE ABRANGÊNCIA,**
245 **UNIFICAÇÃO, COMPOSIÇÃO E COMPETÊNCIAS. Apresentação: SEMAD. A**
246 **subsecretária de Gestão e Regularização Ambiental Integrada, da SEMAD, Maria Claudia**

247 Pinto, fez apresentação do processo de regionalização das COPAs e readequação ao
248 sistema de regularização ambiental no Estado. Segue síntese das manifestações
249 registradas após a apresentação da SEMAD. **O presidente Adriano Magalhães Chaves**
250 comunicou que a expectativa do governo é de que as COPAs comecem a se reunir sob o
251 novo modelo a partir de março, abril de 2012, com a revisão dos decretos relativos ao
252 tema. **Conselheira Maria Dalce Ricas**: “Nós participamos da COPA que se reúne em
253 Belo Horizonte. Não vale a pena participar, a sociedade civil não deve participar dessas
254 COPAs, porque o jogo é de cartas marcadas. Invariavelmente, as três secretarias, a Faemg
255 e a Fetaemg votam pelas autorizações de supressão de vegetação. Pegamos no “Minas
256 Gerais” as publicações de autorização de desmatamento pelas COPAs das regiões Norte,
257 Jequitinhonha e Noroeste, de janeiro a novembro. Autorizaram 22 mil hectares de
258 desmatamento no Estado. Isso só as COPAs, ou seja, projetos teoricamente não sujeitos a
259 licenciamento. Muitas vezes, projetos que deveriam ser de licenciamento são
260 encaminhados às COPAs, e o IEF deveria saber que não pode enviar projetos sujeitos a
261 licenciamento. Constantemente, está escrito na Lei da Mata Atlântica e os processos
262 passam. Não compete questionar a lei, nosso limite é a questão da lei e isso não está sendo
263 observado nas COPAs. Acho necessário também deixar claro nessa reforma, nos termos
264 de referência para a elaboração dos pareceres técnicos, que sejam previamente
265 conhecidos, para que os técnicos, ao serem questionados nas COPAs, não comecem a
266 falar outras coisas, talvez por insegurança ou por desconhecimento.” A conselheira Maria
267 Dalce Ricas questionou ainda se os processos encaminhados às COPAs deveriam estar
268 sujeitos à compensação ambiental, e manifestou que esse procedimento não estaria sendo
269 observado. **Conselheiro José Carlos Manetta**: “Oitenta e cinco por cento da nossa
270 população vivem em área urbana, e hoje, nos processos das COPAs, fica-se três ou quatro
271 anos licenciando um lote, e depois gasta-se mais seis meses ou um ano para pegar
272 autorização para ocupar o lote. Então, eu acho que isso está sobrecarregando a COPA.
273 Mesmo na portaria que criou as COPAs, a proposta era do uso alternativo do solo. No
274 processo de aprovação de loteamento, uma das obrigações é mudar o uso alternativo do
275 solo. Não se registra o loteamento se não mudar o uso do solo. Principalmente na nossa
276 região metropolitana, a COPA está sobrecarregada com áreas urbanas, e acho que isso
277 poderia passar para o município. Se isso for possível, eu já gostaria de pleitear a
278 participação da nossa entidade (Câmara do Comércio Imobiliário) na COPA, nessas áreas
279 que tiveram um volume grande de processos, porque notamos que as atuações da COPA
280 são da Faemg e da Fetaemg e são direcionadas à área rural. Gostaria de levantar essa
281 questão para que pudéssemos discutir isso mais.” **Conselheiro Eduardo Antônio**
282 **Arantes do Nascimento**: “Por princípio, a Fetaemg participa de todas as COPAs no
283 Estado, sendo em algumas através de sindicatos. Queremos manifestar o nosso apoio à
284 implantação dessas COPAs. Se tem que ajustar e melhorar, é uma discussão que cabe
285 também ser feita, mas eu sempre prefiro esse método das Unidades Regionais Colegiadas
286 e do Plenário do COPAM ao método, por exemplo, do Ibama, de licenciamento que é
287 feito pelo próprio órgão apenas e do qual não temos oportunidade de participar. A
288 segunda questão é quanto a esse dado de 22 mil hectares citado pela Maria Dalce. Eu só

289 faço um alerta porque, na reunião da discussão do carvão vegetal, foi apresentada uma
290 tabela que mostrava desmatamento por município no Estado. Eu falei que é preciso
291 indicar o que foi licenciado, porque fica parecendo para a opinião pública, muitas vezes,
292 que tudo que é divulgado como desmatamento é ato criminoso. Eu acho que não dá para
293 confundir. Esses dados têm que ser qualificados. Nesses 22 mil hectares desmatados, é
294 preciso ver quantos vieram com o parecer técnico do IEF recomendando o desmate. Eu
295 não me lembro de termos votado contra. Pode ter acontecido, mas, se aconteceu, é a
296 exceção para justificar a regra. Por último, a Fetaemg participa desses colegiados
297 entendendo como convocação de cidadania, não é para obedecer o governo. Estamos aqui
298 porque achamos que é importante. Cada conselheiro e cada entidade vota conforme
299 entende que é correto.” **Conselheiro Antonio Eustáquio Vieira:** “O Movimento Verde
300 Paracatu tem participado de ‘n’ colegiados no Estado e em nível federal. Eu participo de
301 algumas reuniões da COPA em nossa cidade, e agora tem suplente nosso lá. Em todas as
302 reuniões de que participei, eu tive o entendimento de que a COPA é um desastre na nossa
303 região. Os processos vão para lá até que tecnicamente bem trabalhados, mas, no Plenário,
304 os conselheiros são totalmente despreparados, cada um defendendo o seu próprio
305 interesse ou do seu grupo e não tem a mínima sensibilidade de que é importante buscar
306 uma ideia única naquela discussão. Os comitês de bacias nem têm conhecimento do que
307 está acontecendo nas COPAs. Na nossa região, que tem uma pequena parte na bacia do
308 Paranaíba, o comitê do qual eu faço parte, o PN1, Afluentes Mineiros do Alto Paranaíba,
309 nem sabe o que tem acontecido na COPA. São inúmeros hectares desmatados em Área de
310 Preservação Permanente, porque lá já não tem mais o que desmatar que não seja em Área
311 de Preservação Permanente. Em quase todas as reuniões, são autorizados desmates em
312 Áreas de Preservação Permanente. No meu entendimento, é preferível nem existir essa
313 COPA do jeito que está e bastaria ficar em cima dos pareceres técnicos dos próprios
314 técnicos. Outro lado que estou vendo é a representação da comunidade nessas COPAs,
315 que não tem o mínimo conhecimento e capacidade para julgar o que está acontecendo.”
316 **Conselheira Lígia Vial Vasconcelos:** “Eu acho que, teoricamente, a COPA é uma
317 excelente ideia, é uma aplicação boa, porque envolve a sociedade. Mas acho que está
318 funcionando atualmente como legitimadora de pareceres e até de fundamentação dos
319 técnicos sem que os próprios conselheiros saibam realmente qual é a fundamentação
320 jurídica e técnica. Os pareceres são mal instruídos e nós, conselheiros, não temos
321 segurança jurídica para votar. Aprovamos desmate de uma área de 25 hectares na Região
322 Metropolitana de Belo Horizonte para um aterro sanitário. O parecer técnico vinha
323 dizendo 25 hectares de estágio médio de regeneração, e eu questionei isso e o técnico
324 disse que era inicial. Eu pedi para constar em ata. Agora, o processo veio para
325 licenciamento porque não cabia uma Daia solteira, ou seja, o técnico não conseguiu
326 avaliar que não cabia Daia solteira. Veio ao licenciamento na URC, e agora descobrimos
327 que é um aterro muito maior do que realmente se previa e que o estágio era, sim, médio de
328 regeneração. Eu acabei votando a favor de um processo que era de 25 hectares em estágio
329 médio de regeneração, sem qualquer previsão legal para isso. Com relação
330 especificamente à COPA de Belo Horizonte, a situação colocada é grave, porque nós

331 temos particularmente um boom de expansão imobiliária no vetor Sul. O município hoje
332 decreta como área urbana o que ele entende caber. Em Nova Lima, o que restou de mata
333 atlântica está sendo decretado como área urbana. Se não tratarmos áreas que, na realidade,
334 são rurais como área urbana, para a questão de desmatamento, nós vamos perder todo o
335 restante de mata atlântica. Eu acho que é um assunto que não pode ser tratado
336 individualmente pelos técnicos do IEF, porque realmente eles não têm capacitação. Nos
337 processos de loteamento, analisam impacto de supressão de um lote em si, sem avaliar a
338 questão do loteamento como um todo, se foi licenciado, se está ocupado, se o
339 licenciamento é antigo, se cabem compensação da mata atlântica e compensação
340 ambiental. Em toda reunião da COPA, eu tenho sempre expressado essa opinião, e o que
341 tenho feito agora é me abster de votar, porque realmente não consigo acompanhar e fazer
342 a vistoria de 15 ou 30 loteamentos, como tem em toda reunião da COPA de Belo
343 Horizonte. É um caso grave, principalmente para o vetor Sul, já que é o resto de mata
344 atlântica que temos na Região Metropolitana de Belo Horizonte.” **Presidente Adriano**
345 **Magalhães Chaves**: “Todas as falas aqui complementam a nossa preocupação com
346 relação à atuação das COPAs. É uma instituição que não estava funcionando.
347 Recentemente, eu peguei um processo de 1.300 hectares com Daia solteira aprovada na
348 COPA, falando que era limpeza de área e destoca, e na prática era corte de pequi com
349 mais de 20 anos, acima dos 1.000 hectares, pelo qual estamos hoje sob liminar com
350 obrigação de EIA/Rima. A questão é séria, estavam agindo, infelizmente, fora das
351 competências da COPA. A nossa expectativa agora é levar a dinâmica das Suprams para
352 a gestão das COPAs, trazendo segurança aos conselheiros. Temos que fazer pareceres
353 consistentes, legais, observando a legislação em todas as suas esferas – federal, estadual e
354 municipal. Lembro aos senhores conselheiros que, na lei de processo administrativo e no
355 princípio da administração pública, o agente público tem que motivar a sua decisão, e o
356 que motiva a decisão é o parecer. Se ele vota contra, tem que justificar o seu voto, e
357 muitas vezes nos esquecemos disso. Por isso, a importância de um parecer consistente,
358 que dê segurança ao conselheiro, porque ele é responsável pelo seu voto. É um tema que
359 merece uma discussão talvez um pouco mais profunda. Assim que tivermos condições,
360 vamos fazer uma discussão, primeiro, da padronização desses processos. E temos que
361 olhar a questão urbana, que tem que ser tratada em dois aspectos diferentes. Separar o que
362 foi licenciado no passado, onde as pessoas já compraram lote e hoje não conseguem
363 desmatar, daquilo que está sendo implantado, o novo, que também tem que ter um
364 cuidado especial. Estamos vendo expansão urbana em áreas de estágio até avançado de
365 mata atlântica. Mesmo sendo área urbana, temos que observar a legislação da mata
366 atlântica. Temos que tomar certo cuidado e olhar a legislação em todos os seus ângulos,
367 em todos os seus aspectos e em todos os seus níveis. Temos que tirar a burocracia e
368 acelerar os processos, mas não podemos nos esquecer das questões jurídicas que precisam
369 ser observadas. Acreditamos que, com esse modelo e essa redução, um dos aspectos
370 importantes é a segurança jurídica no processo de licenciamento, tanto para os
371 conselheiros quanto para o próprio empreendedor.” **7) PREVENÇÃO E COMBATE A**
372 **INCÊNDIOS FLORESTAIS - PLANO 2012. Apresentação: SEMAD.** A subsecretária

373 de Controle e Fiscalização Ambiental Integrada, da SEMAD, Marília Carvalho de Melo,
374 fez a apresentação do Plano de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais elaborado
375 pela SEMAD para o ano de 2012. Segue síntese das manifestações registradas após a
376 apresentação da SEMAD. **O conselheiro Paulo Afonso Romano** destacou a importância
377 de tornar o cidadão o produtor protagonistas do processo não apenas mobilizar as
378 instituições. Neste sentido, o conselheiro afirmou que sente falta, no plano apresentado,
379 de uma ênfase maior nos aspectos relacionados à prevenção e na “valorização do cidadão
380 como ator desse processo”. **O presidente Adriano Magalhães Chaves** destacou que o
381 plano é focado no planejamento, prevenção, educação ambiental e comunicação social.
382 “Temos que atuar preventivamente, mas o plano tem um foco forte na mobilização rápida.
383 Se o incêndio acontecer, temos que monitorar, saber onde está acontecendo, acabar com o
384 foco de incêndio rapidamente. E existe uma lógica planejada de quem faz o primeiro
385 combate, quem faz o segundo e em que momento se aciona. Quando citamos a Faemg e a
386 Fetaemg, não queremos dizer instituições, mas os setores que representam. O nosso foco é
387 no pequeno produtor rural. Uma das iniciativas que estamos discutindo, no próprio Bolsa
388 Verde, é priorizar também os proprietários rurais no entorno nas Unidades de
389 Conservação, pontuando aqueles que não têm incêndios florestais e penalizando na
390 pontuação aquelas áreas de incêndios florestais.” **O conselheiro Antonio Eustáquio**
391 **Vieira** fez o seguinte destaque: “Existe uma receita para resolver o problema das
392 queimadas: primeiro, é a prevenção. Eu acho que temos uma ferramenta fundamental, que
393 é a Secretaria de Estado da Educação.” O conselheiro considerou a importância de o
394 Estado desenvolver um programa de educação ambiental e um programa de comunicação,
395 para serem difundidos, através da Secretaria de Estado de Educação, em todos os
396 municípios. Antonio Eustáquio Vieira também defendeu a participação do cidadão como
397 “protagonista” do plano de prevenção e combate aos incêndios florestais. **A conselheira**
398 **Maria Dalce Ricas** defendeu uma campanha maciça na sociedade contra os incêndios
399 florestais. “Neste ano, a imprensa colaborou muito para tornar os incêndios florestais
400 socialmente inaceitáveis, assim como o roubo, como assassinatos. Porque cria um
401 sentimento de comoção na sociedade, e isso inibe.” A conselheira defendeu ainda que
402 sejam investidos mais recursos pelo poder público para ajudar a tornar o combate e
403 prevenção aos incêndios florestais sustentáveis. E destacou que não foi mencionada, no
404 plano apresentado, a criação de um batalhão ou unidade do Corpo de Bombeiros
405 especializada em incêndios florestais. **Presidente Adriano Magalhães Chaves**: “A nossa
406 ponderação no workshop realizado foi no sentido de que os incêndios acontecem num
407 período curto e o Corpo de Bombeiros tem uma atuação bastante ampla. Pensamos em
408 focar no treinamento de Corpo de Bombeiros, porque observamos que combate a incêndio
409 em área urbana é muito diferente da área rural, é outra forma de abordagem, e os riscos
410 são outros. Falou-se, inclusive, em criar brigadas permanentes. No período em que não
411 estivesse combatendo incêndio, trabalharia com educação ambiental. Mas isso gera um
412 vínculo empregatício para o Estado, e teríamos dificuldade de fazer esse pagamento. São
413 pontos levantados e que fazem parte do trabalho de contribuição, mas temos que ver como
414 trabalhar a prevenção e o combate, também olhando outra questão legal do ponto de vista

415 trabalhista.” **A conselheira Guiomar Maria Jardim Leão Lara** acatou a sugestão de
416 envolvimento da Secretaria de Estado de Educação na difusão do plano de prevenção e
417 combate a incêndios florestais, destacou a capilaridade da Secretaria nos 850 municípios
418 do Estado e se colocou à disposição para atuar conjuntamente com a SEMAD. **O**
419 **presidente Adriano Magalhães Chaves** agradeceu o apoio da Secretaria de Estado da
420 Educação e solicitou à subsecretária Marília Carvalho de Melo que procurasse a
421 conselheira Guiomar Maria Jardim Leão Lara para iniciar discussões visando estreitar
422 essa parceria. **8) PLANO ESTRATÉGICO PARA ATUAÇÃO NA CADEIA**
423 **PRODUTIVA DO CARVÃO VEGETAL EM MINAS GERAIS. Apresentação:**
424 **SEMAD.** A subsecretária de Controle e Fiscalização Ambiental Integrada, da SEMAD,
425 Marília Carvalho de Melo, fez a apresentação do Plano Estratégico para Atuação na
426 Cadeia Produtiva do Carvão Vegetal em Minas Gerais e prestou esclarecimento sobre
427 pontos destacados pelos conselheiros. Segue síntese das manifestações registradas após a
428 apresentação da SEMAD. **A conselheira Maria Dalce Ricas** defendeu a posição de que
429 seja exigida das empresas produtoras de ferro-fusa a comprovação da origem do carvão
430 utilizado como matéria-prima, e considerou que isso, muitas vezes, não tem sido
431 observado na revalidação de licenças. A conselheira registrou pedido de informações
432 sobre o cumprimento do artigo 10 da lei 14.309, modificada pela lei 18.365, que, segundo
433 informou, fixou prazo até março de 2010 para as empresas apresentarem o plano de
434 autossuprimento de matéria-prima. Maria Dalce Ricas afirmou que “um dos problemas
435 observados é que a fiscalização ambiental não é feita de forma constante”, e registrou
436 ainda a seguinte sugestão em relação ao transporte ilegal: que a ocorrência seja colocada
437 no prontuário de forma que impeça a renovação do licenciamento dos caminhões. **O**
438 **conselheiro Paulo Afonso Romano** fez o seguinte destaque: “Na própria lei que alterou a
439 14.309, um dos intuitos era incentivar o reflorestamento, a integração da floresta com a
440 pecuária, principalmente em áreas de morro. Nesse trabalho de inserção dos produtores
441 como parte do plano de sustentabilidade, vemos que isso, quando se fala de carvão de
442 floresta plantada, soa como um fator inibidor de reflorestamento por parte de produtores,
443 que nem sabem se vão fazer carvão ou não, se irão vender depois no mercado local para a
444 pequena construção civil, como escoramento etc. Eu acho que é preciso estudar um pouco
445 mais sobre o efeito do plano em relação à questão de florestas plantadas.” **Presidente**
446 **Adriano Magalhães Chaves**: “Eu gostaria que pudéssemos tratar a floresta plantada
447 como plantação de milho, arroz, feijão, principalmente nas áreas degradadas,
448 considerando que temos 40 milhões de hectares. Quando abordamos alguns aspectos,
449 existem áreas de florestas plantadas declaradas quatro, cinco, seis vezes, ou seja, a mesma
450 área, para esconder o carvão de nativa. O nosso posicionamento é que vamos regular esse
451 setor, regulamentar a legislação, que é carente de regulamentação e é um pedido constante
452 do próprio Sindifer e da própria MAS, além de ONGs e outras entidades que
453 constantemente criticam o governo pela não regulamentação dessa legislação. Estamos
454 regulamentando o setor e georreferenciando as áreas plantadas. Queremos regras claras,
455 simples e objetivas, que possam ser atendidas e, no dia a dia das empresas, facilitadas. E,
456 por outro lado, que deem uma transparência e uma facilidade muito grande também a esse

457 monitoramento. Outro ponto é incentivar o fomento florestal. Não podemos esquecer da
458 importância da floresta plantada para a própria cadeia produtiva do carvão, porque essa
459 cadeia hoje representa 8% da economia mineira. Não somos contra a floresta plantada.
460 Pelo contrário, temos que incentivar. Temos muitas áreas disponíveis, mas temos que
461 colocar essas regras claras no mercado. A nossa esperança é que em breve possamos tratar
462 floresta plantada igual arroz, milho e feijão, e acredito que é algo que podemos alcançar
463 em pouco tempo.” **Condicionante de apresentação do plano de autossuprimento.** Em
464 relação à manifestação da conselheira Maria Dalce Ricas, o presidente Adriano
465 Magalhães Chaves registrou a seguinte proposição: “Ao se aprovar uma siderúrgica de
466 gusa, por exemplo, nós precisamos, sim, olhar a questão da cadeia. Por que não pautar
467 uma condicionante, onde seja apresentado o plano de autossuprimento? Eu acho que isso
468 precisa ser avaliado. Quem está correto, quem investe no fomento florestal e está
469 preocupado com a sustentabilidade da cadeia, com certeza, vai incentivar. Agora, para
470 aquele que aluga siderúrgica, entra periodicamente de acordo com o preço do gusa,
471 realmente, é complexo, ele não está olhando a cadeia como um todo. Mas temos que
472 separar. Os grupos que são sérios e estão investindo em fomento florestal, estão
473 preocupados e buscando a sustentabilidade da sua cadeia, esses têm que ser incentivados.
474 Temos que criar a lista limpa, a lista positiva. Esse é um dos nossos objetivos.”
475 **Conselheiro Wagner Soares Costa**: “Nessa questão do carvão, sabemos que há
476 ‘empresários e empresários’, mas não podemos esquecer que vamos ter o atendimento ao
477 pequeno produtor rural, que vai estar também oferecendo carvão. Precisamos pensar bem
478 sobre isso, porque o pequeno, quando trabalha com isso, não tem exatamente a noção para
479 onde ele vai entregar, porque será daqui a sete anos. Até lá, ele pode fazer carvão e decidir
480 entregar para diversas utilidades. Precisamos tomar esse cuidado, porque vamos ter
481 sempre alguém comprando nessas circunstâncias. O que vemos sempre é que a culpa só
482 cai no comprador; o fornecedor nunca é o culpado. É o grande problema que levantamos
483 e, inclusive, há a questão de que todos compraram carvão com o registro no DOF. Em
484 princípio, era um carvão autorizado, legal. É uma situação que precisamos ver sempre,
485 porque a culpa só cai no guseiro. Não vou dizer que 100% deles estão de acordo, mas a
486 maioria está buscando resolver o problema. Esse foi o grande dilema nas nossas
487 discussões: precisamos distribuir a responsabilidade na cadeia.” 9) **PLANEJAMENTO**
488 **DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL 2012. Apresentação: SEMAD.** A subsecretária
489 de Controle e Fiscalização Ambiental Integrada, da SEMAD, Marília Carvalho de Melo,
490 fez apresentação do planejamento do Estado para a fiscalização ambiental no ano de 2012.
491 Segue síntese das manifestações registradas após a apresentação da SEMAD. **Conselheiro**
492 **Eduardo Antônio Arantes do Nascimento**: “Na exposição anterior, foi colocado como
493 um dos instrumentos, em termos da assistência técnica, extensão rural e educação
494 ambiental na área rural, uma articulação institucional entre a SEMAD, o IEF, o IGAM e a
495 Seapa e a Emater. Em uma das reuniões que antecederam a construção das propostas, a
496 Fetaemg encaminhou essa proposta. Achamos importante ter sido acolhida, mas é preciso
497 haver uma determinação maior, porque há uma dificuldade institucional. O IEF, muitas
498 vezes, preso aos mecanismos de comando e controle, se afastou de fazer extensão rural.

499 Eu acho que é possível mudar e também que há certa dificuldade institucional,
500 principalmente da Emater e do IEF, de compartilharem esses esforços. Para a área rural,
501 em especial para a agricultura familiar, eu acho que a capacidade operacional, o número
502 de servidores do Sisema e a limitação orçamentária são um fator limitante. Se não se
503 somar esforços, não se consegue e é prejuízo de recurso público, porque a Emater tem
504 capilaridade e experiência, e acho que o IEF também tem. Mas é preciso haver uma
505 determinação institucional neste sentido. Propusemos que essa formulação fosse acolhida
506 em um termo de cooperação técnica, principalmente em torno de projetos territorializados,
507 pois acho que a questão da política ambiental tem de se afastar, porque essa capacidade
508 operacional que o Sisema tem hoje e esses recursos orçamentários só se sustentam se o
509 foco for comando e controle. Se for política ambiental de forma mais ampla, não há
510 capacidade operacional para isso. Seria preciso que houvesse uma determinação e, em um
511 eventual termo de cooperação técnica, a Fetaemg se sentiria confortável em ajudar. Eu
512 não uso o conceito de parceria, pois acho que é insuficiente e não resolve, mas é
513 fundamental que, na questão da área rural, os agricultores familiares bem como os
514 produtores rurais tenham um papel de protagonismo. Acho que isso está pouco explícito e
515 é preciso olhar o contraditório de não haver protagonismo neste sentido. O secretário
516 situou bem o que quer dizer com Fetaemg e Faemg, o que é insuficiente para o
517 protagonismo. Outros podem achar que a entidade, estando presente, faz protagonismo,
518 mas nós, da Fetaemg, não, porque em Minas Gerais tem 500 mil propriedades de
519 agricultura familiar. Protagonismo diz respeito a desenvolvimento local, ao município, às
520 propriedades onde a pessoa trabalha e vive. Eu acho que o esforço é meritório, as
521 propostas foram discutidas, mas acho que precisamos avançar, lembrando que 95% da
522 vegetação nativa neste Estado estão em propriedades particulares. O que está mantido é
523 fruto de uma decisão e de uma consciência dos agricultores. É preciso caminhar nesse
524 entendimento positivo, e acho que seria tarefa do senhor secretário e do doutor Paulo
525 Romano viabilizar esse termo de cooperação técnica, para que Emater, IEF e IGAM
526 passem a praticar extensão rural no conjunto.” **Presidente Adriano Magalhães Chaves:**
527 “O que está sendo apresentado é um reconhecimento de todos os problemas e deficiências
528 que temos no Sisema. Também mostramos toda a estrutura de planejamento que está
529 sendo montada, todos os setores e todas as áreas nas três agendas – Azul, Verde e Marrom
530 –, não tratando nenhuma com maior relevância do que a outra. Estamos num esforço
531 enorme, primeiro, de organizar a casa. Um dos primeiros trabalhos é o de fortalecimento
532 do papel do IEF para aquilo que o órgão foi criado. A partir do momento em que
533 retiramos do IEF a fiscalização, o previ-incêndio e atos autorizativos, ficou o que é nobre
534 da gestão da Agenda Verde. Agora, poderá trabalhar as questões de Unidades de
535 Conservação, critérios para criação, conflitos no entorno de unidades, fomento florestal e
536 biodiversidade. Não resta dúvida de que essa integração que começa a acontecer com a
537 Emater, debatendo com as equipes da agricultura, é exatamente no sentido de fortalecer o
538 papel do IEF como instituição e também nessa integração dentro de governo. Mas nos
539 ajudaria, com certeza, se todos os setores fizessem um pouco do que estamos fazendo,
540 porque existem problemas também nos setores. É importante que reconheçam e coloquem

541 os problemas na mesa para resolvermos em conjunto. Surpreendeu-me quando sentei com
542 a sociedade ruralista no Norte, onde a sociedade colocou os problemas do setor na região
543 claramente, assim como foi com os irrigantes no Noroeste. A partir do momento em que
544 trazem não só as reclamações de governo, mas pautam também os problemas que têm no
545 setor, isso nos possibilita fazer um planejamento para cada região do Estado e para cada
546 setor. Eu acho que há, sim, uma possibilidade enorme de capilarização do Sisema através
547 de parcerias com a Faemg e a Fetaemg e através da Emater, que está hoje em quase 800
548 municípios. Se quisermos nos aproximar do produtor rural, temos que trabalhar num
549 amplo programa de treinamento desses órgãos, de aproximação, de parcerias. Estamos
550 caminhando muito neste sentido.” O presidente Adriano Magalhães Chaves comentou
551 ainda sobre o orçamento do Estado e a necessidade de utilização correta dos recursos.
552 “Temos que gastar bem o orçamento, o dinheiro público. Um orçamento de R\$ 335
553 milhões, que é a previsão da Secretaria para 2012, é suficiente para todas as demandas e
554 ações que temos. Considerando os R\$ 600 milhões que esperamos receber mais R\$ 350
555 milhões só da compensação ambiental, as compensações por intervenção em mata
556 atlântica, intervenção em APP, multas, os próprios processos de reposição florestal,
557 garanto aos senhores que o nosso problema não é o orçamento, e o governo não tem
558 medido esforço para nos ajudar. Temos que estar estruturados para gastar bem o dinheiro
559 público, gastar nas ações que são pertinentes à área de meio ambiente. E nós estamos nos
560 organizando neste sentido.” **O conselheiro Décio Antônio Chaves Beato** declarou que,
561 no planejamento apresentado, observou a ausência da “efetiva penalização do infrator”, e
562 sugeriu que fosse dada mais ênfase a este aspecto, para que as pessoas se sintam obrigadas
563 a cumprir as suas obrigações. **O presidente Adriano Magalhães Chaves** destacou que
564 esse é um dos pontos que fazem parte do planejamento de fiscalização. “Estamos
565 estruturando um grupo para processar o auto de infração. Temos em torno de 40 mil
566 multas por ano. Já aconteceu o crime ambiental e o mínimo que temos de fazer é processar
567 esses autos com competência e tomar as providências legais cabíveis. O processo não para
568 na fiscalização. Nós temos que trabalhar no fomento, na educação, na comunicação social,
569 mas, se porventura o ato aconteceu, também temos que estar organizados e
570 profissionalizados para processar esse ato.” **Conselheiro Murilo Fonte Boa Guimarães**
571 **Moreira**: “Temos falado muito em fiscalização, monitoramento e controle. E muita
572 efetividade se ganharia se incentivássemos o produtor rural à proteção e não a ser somente
573 parceiro. Tal como é feito no município de Extrema, onde o produtor rural é remunerado
574 pela conservação de nascente, eu acho que esse seria um grande caminho. Eu sei que é
575 difícil e exige muito recurso, mas não tenho a menor dúvida de que, se isso fosse
576 efetivado, grande parte dos problemas não existiria e não estaríamos gastando dinheiro
577 com fiscalização, licenciamento, monitoramento e controle. Porque o produtor tem o
578 maior interesse em fazer aquilo e iria ganhar.” **Presidente Adriano Magalhães Chaves**:
579 “Colocamos em prática o Bolsa Verde e tínhamos previsão orçamentária de R\$ 8,5
580 milhões para este ano. São aproximadamente 1.020 proprietários cadastrados para os
581 quais estavam sendo feitos pagamentos por serviços ambientais, de R\$ 200 por hectare
582 por ano, durante cinco anos. Existem todo um critério e uma metodologia para isso. Para o

583 ano que vem, já temos previstos R\$ 15 milhões no orçamento, ou seja, praticamente dobra
584 o orçamento do Bolsa Verde. E há previsão de acréscimo de orçamento de R\$ 2 milhões
585 por ano a partir de 2013. Estamos estruturando uma consultoria internacional para buscar
586 recursos em 40 países que possuem recursos a fundo perdido para iniciativas de meio
587 ambiente, saindo um pouco dessa dependência do orçamento do Estado, daquilo que é
588 arrecadado. Uma das ações é a priorização dos proprietários do entorno de Unidades de
589 Conservação para que se integrem verdadeiramente e sejam quase que uma extensão na
590 proteção das Unidades de Conservação.” **10) PLANO ESTADUAL PARA A**
591 **PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE. Apresentação: Instituto Estadual de**
592 **Florestas (IEF).** O diretor Geral do IEF, Marcos Affonso Ortiz Gomes, fez a
593 apresentação do Plano Estadual para a Proteção da Biodiversidade. Segue síntese das
594 manifestações do Plenário. **Conselheiro Alison José Coutinho:** “Qualquer planejamento
595 deve ser estimulado e compartilhado. Apesar de ter participado da grande maioria dos
596 programas apresentados, o Ibama ainda tem a contribuir. Como as nossas portas estão
597 abertas, até porque não poderia ser diferente, pois pertencemos ao Sistema Nacional de
598 Meio Ambiente, eu queria reforçar essa necessidade, porque sabemos que podemos
599 contribuir ainda muito mais em cada uma dessas apresentações. Com relação ao
600 desempenho de processamento e cobrança de autos de infração, seguramente, a
601 Superintendência do Ibama em Minas Gerais contribui para que essa estatística seja muito
602 positiva. Por força de um planejamento muito forte, o PNAP – um planejamento da
603 fiscalização do Ibama que possibilita que, em determinado momento, tenhamos
604 disponibilizados 20 fiscais para a Amazônia e vice-versa –, podemos mobilizar fiscais de
605 qualquer outro lugar do Brasil para vir a Minas Gerais fazer uma operação de fôlego,
606 muito fundamentada em cima da dissuasão e da descapitalização do infrator, de uma
607 maneira fortemente prioritária. A maior demonstração disso é que o índice de
608 desmatamento da Amazônia atingiu o menor patamar dos últimos anos. E diria também
609 que, por força de planejamento, o licenciamento ambiental do Ibama hoje encontra-se
610 absolutamente em dia com os prazos.” **Conselheiro Luciano Luz Badini Martins:** “Eu
611 queria focar especificamente na questão da fauna. Realmente, eu vejo que houve uma
612 perda de qualidade da atuação do Estado nesta seara. Tenho visto, inclusive, um conflito
613 negativo até de atribuições, o que, numa área tão sensível e relevante, causa alguma
614 perplexidade. Observo hoje uma demanda do Ministério Público inteiro, e que é uma
615 crítica muito contundente da omissão do Estado, na questão da gestão da fauna. Há
616 ausência, por exemplo, de estruturação de centros de triagem e centros de reabilitação
617 para animais silvestres, cadastramento de áreas de soltura. Enfim, hoje temos um Estado
618 com uma apreensão significativa – talvez seja o Estado com a maior apreensão de fauna
619 no país –, mas não temos a possibilidade de uma destinação adequada. Com a
620 reestruturação do Sisema, eu acho que essa área ficou órfã, de certa forma, porque há uma
621 dificuldade muito grande de se viabilizar a destinação adequada e há uma dificuldade
622 sensível da Polícia Ambiental. Eu tenho recebido isso como demanda de todo o Estado,
623 não há órgãos nem locais adequados para recebimento desses animais que são apreendidos,
624 tratamento desses animais, aclimatação e soltura. Sobre as apresentações, outras

625 contribuições podem ser feitas no momento oportuno, mas o que me preocupa um pouco é
626 que vejo que a questão da fauna continua não sendo, na minha avaliação, objeto de uma
627 abordagem mais decisiva e de uma preocupação mais enfática do Estado.” **Presidente**
628 **Adriano Magalhães Chaves:** “Também há uma preocupação nossa com relação à fauna.
629 Temos conversado com o Ibama e estivemos em Brasília. É claro que, pela nossa
630 infraestrutura, não conseguiríamos, num primeiro momento, absorver toda a gestão de
631 fauna como era desejo do Ibama. Para termos ideia dos números, só na área metropolitana,
632 só de anilhamento de pássaros, são 70 mil. A estrutura necessária para fazer uma gestão
633 de fauna adequada no Estado teria que ser muito grande realmente. Mas vale lembrar
634 também que temos que discutir este tema com maior definição dos papéis até em função
635 da lei complementar que foi sancionada no dia 8 de dezembro e que deixa bem claro quais
636 são as competências dos órgãos federais e estaduais. A partir da lei, vamos ver o que
637 compete ao Estado e ao Ibama. Com certeza, é mais uma obrigação que temos de
638 regulamentar aquilo que for nossas obrigações. Lembro também aos senhores que esses
639 trabalhos que estão sendo discutidos aqui foram encaminhados a todas as instituições do
640 Estado com ofício nosso convidando para participar. Também temos prazos e, muitas
641 vezes, o tema chega aos órgãos e acabamos não recebendo tantas contribuições quanto os
642 órgãos poderiam oferecer. Demos a oportunidade a todos os órgãos de participar e dar a
643 sua contribuição, mas entendemos também que, em alguns itens, precisamos partir para o
644 fechamento. É importante fazer o planejamento e os senhores têm observado o volume de
645 coisas que têm sido discutidas e foram discutidas ao longo de todo este ano. Foi um ano
646 muito produtivo, apesar de todos os problemas que tivemos, com o esforço da nossa
647 equipe. Eu acho que é mérito de toda a equipe do Sisema, além de todas as contribuições
648 externas. Os senhores estão vendo a robustez e a quantidade de temas relevantes que estão
649 sendo tratados.” **11) ANTEPROJETO DE LEI DA POLÍTICA DE MUDANÇA DO**
650 **CLIMA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Apresentação: Fundação Estadual do**
651 **Meio Ambiente (FEAM) . Item retirado de pauta e remetido à próxima reunião. 12)**
652 **INFORMAÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES DE NORMAS. 12.1) Decreto**
653 **regulamentador da Lei nº 14.309, de 19 de junho de 2002, que dispõe sobre as**
654 **políticas florestal e de proteção à biodiversidade no Estado. Apresentação: Instituto**
655 **Estadual de Florestas (IEF). Item retirado de pauta e remetido à próxima reunião. 12.2)**
656 **Decreto nº 44.844, de 25 de junho de 2008, que estabelece normas para licenciamento**
657 **ambiental e Autorização Ambiental de Funcionamento, tipifica e classifica infrações**
658 **às normas de proteção ao meio ambiente e aos recursos hídricos e estabelece**
659 **procedimentos administrativos de fiscalização e aplicação das penalidades.**
660 **Apresentação: SEMAD. Item retirado de pauta e remetido à próxima reunião. 13)**
661 **DISCUSSÃO SOBRE NOVAS DIRETIVAS PARA ALTERAÇÃO DE**
662 **DELIBERAÇÕES NORMATIVAS. 13.1) Deliberação Normativa COPAM nº 74, de**
663 **9 de setembro de 2004, que estabelece critérios para classificação, segundo o porte e**
664 **potencial poluidor, de empreendimentos e atividades modificadoras do meio**
665 **ambiente passíveis de autorização ou de licenciamento ambiental no nível estadual,**
666 **determina normas para indenização dos custos de análise de pedidos de autorização**

667 e de licenciamento ambiental, e dá outras providencias. Apresentação: SEMAD. Item
668 retirado de pauta e remetido à próxima reunião. 13.2) **DELIBERAÇÃO NORMATIVA**
669 **COPAM Nº 30, DE 29 DE SETEMBRO DE 1998, QUE ESTABELECE O**
670 **REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA**
671 **AMBIENTAL (COPAM).** Apresentação: SEMAD. Item retirado de pauta e remetido à
672 próxima reunião. 14) **PROPOSTA DE AGENDA ANUAL DE REUNIÕES DO**
673 **PLENÁRIO DO COPAM PARA O ANO DE 2012.** Apresentação: SEMAD.
674 Aprovada por unanimidade a proposta de agenda anual de reuniões do Plenário do
675 COPAM, nos termos apresentados pela SEMAD, com sessões trimestrais previstas para
676 os dias 21 de março, 20 de junho, 26 de setembro e 5 de dezembro. 15) **ASSUNTOS**
677 **GERAIS.** Conselheiro Antonio Eustáquio Vieira: “Gostaria de solicitar a fineza de que
678 em todos os processos da nossa região fossem destinadas as medidas compensatórias para
679 ampliarmos a Unidade de Conservação recém-criada. Eu queria dizer também que passei
680 o ano bem entusiasmado com o Estado no que diz respeito às questões ambientais. Nós,
681 que já tivemos a oportunidade de passar pelo executivo, sabemos tranquilamente das
682 dificuldades e dos problemas que existem. Por outro lado, sabemos também que existem
683 muitas pessoas do serviço público muito comprometidas e bem-intencionadas.
684 Acreditamos no Estado e que também tem muitas empresas, muitas mineradoras e muita
685 gente boa que querem ver a coisa acontecendo. E também tem muitas ONGs
686 comprometidas, e estão acontecendo muitas coisas boas pelo Estado. Seria bom se
687 pudéssemos fazer um workshop com as experiências desse pessoal todo, para que
688 pudessem atrair outras parcerias para otimizar os poucos recursos que às vezes temos para
689 desenvolver as ações.” Conselheiro Wagner Soares Costa: “Estou hoje representando a
690 micro e a pequena empresa e tenho uma preocupação muito grande com relação à DN 74.
691 Confio que possamos participar bastante da construção dessas modificações que virão,
692 porque penso que serão basicamente no anexo e alguma adaptação de texto à nova
693 legislação. Gostaríamos de participar, porque essa classificação gera um impacto muito
694 grande sobre as pequenas empresas. Se pudessem nos colocar nessa discussão nos três
695 meses que precedem a próxima reunião, vamos ficar bastante satisfeitos.” Presidente
696 Adriano Magalhães Chaves: “Eu acho que o fórum de fazermos a discussão e a
697 aprovação tem que ser este. Tivemos uma experiência na compensação ambiental, sobre a
698 qual ficamos oito meses discutindo um decreto. Chegamos a uma versão final que, se não
699 agradou a todos, pelo menos foi o consenso da maioria, mas é humanamente impossível
700 conduzir discutindo isoladamente com todos os setores. O ideal é pautar a proposta e
701 trazer para discussão no Plenário, que é público e participativo, onde todos os setores têm
702 o direito de opinar. Acredito que é o melhor fórum para discutir a questão normativa do
703 Estado. Vamos pautar nossa proposta com antecedência para que os setores façam a sua
704 avaliação, e aqui neste fórum democrático façamos todas as discussões.” O presidente
705 Adriano Magalhães Chaves respondeu ainda sobre a destinação de recursos das medidas
706 compensatórias. “Temos todo o esforço de direcionarmos os recursos de acordo com a
707 Câmara da Biodiversidade, mas temos de lembrar que existe um planejamento de um ano
708 para o outro aprovado sobre quais são as unidades prioritárias para receber recursos dos

709 empreendimentos e existem alguns critérios pré-definidos, como áreas de conflito, áreas
710 de incêndio, áreas que estão nos projetos estruturadores que precisam ser colocadas à
711 disponibilidade do uso público, ou seja, precisam ser efetivadas. Mas falo com muito
712 segurança que possamos, a partir de 2012, regularizar 100% das unidades de conservação
713 no Estado.” **ENCERRAMENTO**. Em seguida, não havendo outros assuntos a serem
714 tratados, o presidente Adriano Magalhães Chaves declarou encerrada a sessão, da qual foi
715 lavrada esta ata.

716

717

718

719

720

721

APROVAÇÃO DA ATA

Presidente Adriano Magalhães Chaves